

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.457 - RJ (2019/0052873-1)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : MERCADO BOM PRECO COMERCIO VAREJISTA DE**  
**ALIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADO : ALLAN DO AMARAL SANTOS - RJ119281**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DE ARRESTO CAUTELAR ANTES DA CITAÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE OS PRESSUPOSTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pela Fazenda Nacional em face de decisão do Tribunal Regional Federa da 2ª Região, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. RENAJUD ANTES DA CITAÇÃO. MEDIDA EXCEPCIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE NÃO DEMONSTRADA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que apenas o executado validamente citado, que não pagar nem nomear bens à penhora, poderá ter seus ativos financeiros bloqueados por meio do sistema BACENJUD, sob pena de violação do devido processo legal, entendimento que pode ser aplicado, por analogia, à constrição efetivada através do sistema RENAJUD.
2. A exequente não demonstrou os indícios de ocultação do devedor e/ou de seus bens, a ensejar a constrição de veículos sem prévia citação, bem como a imprescindibilidade da medida postulada.
3. Ademais, a Fazenda Nacional pode valer-se de diligências extrajudiciais com o intuito de obter o correto e atual endereço do devedor, da citação por edital e depois, se for o caso, da via eletrônica para localizar e penhorar bens do devedor.
4. Agravo de instrumento conhecido e provido.

No especial, fundamentado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a agravante apontou contrariedade ao art. 7º da Lei 6.830/80, alegando em síntese que " , com base no poder geral de cautela, o Juiz da execução pode decretar o prévio bloqueio dos bens do executado, havendo dificuldade na citação do contribuinte, é cabível o arresto dos bens do réu, com base no art. 7.º, inciso III, da Lei n.º 6.830/1980." (fl. 44-e).

Apresentadas contrarrazões.

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial por entender que a decisão

recorrida está em conformidade com o entendimento firmado neste Superior Tribunal, atraindo a incidência da Súmula 83/STJ. Aduz ainda, que a análise da tese suscitada demanda reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

A agravante rechaça os fundamentos mencionados.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Tendo sido impugnado o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, passo à análise do recurso especial, o qual não merece prosperar.

Isso porque, o bloqueio de valores é medida que antecede a penhora ou o arresto, isto é, não se confunde com a penhora de dinheiro. Bloqueado através do Sistema BacenJud, o numerário existente em conta corrente e aplicações financeiras em nome do devedor, a penhora só se aperfeiçoa com a transferência do valor bloqueado para conta à disposição do juízo e com lavratura do termo de penhora, devendo o executado ser intimado da penhora e do prazo para a oposição dos embargos. Aplica-se o mesmo procedimento adotado para a situação de depósito efetuado pelo próprio devedor, como previsto no art. 664 do CPC/1973 (atualmente, no art. 839 do CPC/2015). Em relação ao tema, é esclarecedor o acórdão proferido no REsp 1.184.765/PA, julgado na forma do art. 543-C do CPC/1973 (Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 24/11/2010, DJe 03/12/2010).

Não obstante, em se tratando de medida de natureza acautelatória (como bem observa a própria União), o seu deferimento pressupõe o preenchimento dos pressupostos cautelares específicos.

Nesse contexto, a verificação de eventual ocorrência (ou não) de contrariedade a dispositivos legais relativos à concessão de medidas cautelares (e seus requisitos autorizadores) demanda o reexame dos aspectos fático-probatórios da causa, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA BACENJUD. SERVIÇO MÉDICO HOSPITALAR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Tribunal *a quo*, soberano na análise do material cognitivo produzido nos autos, concluiu que "o presente caso requer um melhor exame, posto que se trata de entidade prestadora de serviços médico-hospitalares e o bloqueio de seus ativos acarretaria um entrave no seu funcionamento. Logo, o Bacenjud não é a medida mais adequada havendo a possibilidade de penhora de bens imóveis". Nesse contexto, a inversão do julgado exigiria, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, conforme o enunciado sumular 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 869.601/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 14/10/2016)

Incidente o teor da Súmula nº 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

